

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de janeiro de 2021 às 07h28
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Qual é a música? 3
ECONOMIA | BRUNO ROMANI

BOL - Notícias | BR

19 de janeiro de 2021 | Patentes

Itamaraty admite falha no trato com Índia e China e tenta reverter desgaste 6

UOL Notícias | BR

Pirataria

Mesmo sem Huawei no 5G do Brasil, empresa deverá faturar com patentes 8
NOTÍCIAS

Diário do Nordeste - Online | CE

19 de janeiro de 2021 | Marco regulatório | INPI

Buggy: a marca Fyber vira uma confusão e vai parar na Justiça 12
EGÍDIO SERPA

Qual é a música?

ECONOMIA



Harmonia. Startup de Guilherme Sampaio usa IA e blockchain para registrar e monitorar obras

Geração de startups tenta modernizar a maneira como **direitos** autorais são arrecadados e distribuídos

Bruno Romani

Com informações fragmentadas e muitos processos burocráticos, a indústria da música caminhou lentamente para garantir a organização, o monitoramento e o pagamento de **direitos** autorais aos seus detentores. A pandemia tornou o tema urgente: músicos e artistas viram os shows, sua principal fonte de receita, desaparecerem, e tiveram de recorrer a fontes de dinheiro antes secundárias. Para tentar aju-

dar esses artistas e destravar o setor, uma nova geração de startups repete, de certa forma, a pergunta feita por Silvio Santos durante tantos domingos: "Qual é a música?" Fundada em 2020 pelo advogado Mauricio Kavinski, a curitibana LA Music utiliza algoritmos para tentar identificar se autores têm valores a receber por execuções de suas músicas em rádios, programas de TV, shows e até lives. O caminho do dinheiro entre quem usa uma música, como uma rádio ou um programa de TV, é complexo.

Os **direitos** autorais pela execução pública de uma música são recolhidos e pagos pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Quem utiliza as obras deve fornecer uma lista com título e autor da canção à entidade e essas informações são cruzadas com os bancos de dados do Ecad, que repassa os pagamentos para as associações de autores. Posteriormente, essas instituições enviam o dinheiro aos donos dos direitos.

Quando existe erro no preenchimento de cadastros, o dinheiro não chega. Os valores de canções com informações inconsistentes ficam reservados em um fundo, conhecido por "créditos retidos", aguardando que o autor se manifeste. Porém, esses créditos expiram e, uma vez por ano, o Ecad distribui proporcionalmente os retidos para toda a rede de autores com informações regularizadas.

O que a inteligência artificial (IA) da LA Music faz é vasculhar a base de dados do Ecad em busca de dinheiro que os autores têm a receber. "O Ecad arrecada anualmente R\$ 1 bilhão, mas 20% disso acaba nos retidos. É muito comum que autores percam valores", diz Kavinski.

É uma questão histórica do setor, apontam especialistas. "Os principais problemas desse segmento da indústria da música são a fragmentação de bancos de dados e os erros nos cadastros", explica Monyca Motta, advogada especialista em **direitos**

Continuação: Qual é a música?

autorais. É uma discussão que tende a se aprofundar com a popularização do streaming.

Direito digital. Ao contrário do que é feito por rádio, TV e casas de shows, as plataformas de streaming não pagam **direitos** autorais para o Ecad. Existe uma discussão jurídica sobre o tema. O vácuo regulatório sobre a principal forma de consumir música dos tempos atuais permitiu o surgimento de startups também focadas no **direito** autoral do ambiente digital.

Atualmente, plataformas como Spotify e Deezer pagam os **direitos** autorais para as distribuidoras de música, que repassam os valores para selos e gravadoras. Às vezes, então, pagam o dinheiro aos detentores dos direitos.

Fundada em 2018 pelo músico Guilherme Sampaio, a startup carioca Smart Rights tem uma plataforma que permite arrecadação e gestão dos **direitos** autorais com origem nas plataformas de streaming. A IA da Smart Rights trabalha junto de empresas como Spotify e Deezer para encontrar valores devidos e distribuí-los.

É um sistema que não apenas garante que o dinheiro chegue aos donos dos direitos como acelera os pagamentos. Com menos intermediários, o dinheiro tende a caminhar com mais velocidade. A plataforma funciona para artistas independentes e selos, que podem fazer repasses quase em tempo real para todos os outros detentores.

"Comecei a estudar tecnologia porque passei por todos esses trâmites quando fui lançar um disco em 2003", conta.

A também carioca Orb Music atua no segmento. Uma das principais apostas da empresa é o seu aplicativo para gerar números de ISRC. É o número que identifica cada música e permite o pagamento de direitos atrelados a ela. Para lançar uma música em CD ou em outras mídias físicas, o número é obrigatório.

Ele, porém, não é exigido para os meios digitais, o que resulta numa enorme massa de obras sem identificação. Às vezes, algumas distribuidoras tentam contornar isso com geração automática de ISRC quando a música sobe nas plataformas, o que é visto por especialistas na área como uma "gambiarra".

"Hoje, são carregadas cerca de 2 mil músicas por dia nas plataformas de streaming, e 80% delas não tem ISRC", explica Daniel Campello, fundador da Orb. O app da empresa gera de forma simples o número.

Lá menor. Embora atuem em um segmento com oportunidades claras, essas startups enfrentam desafios para se tornarem atraentes para investidores. "O tamanho do mercado é um problema.

Investidores buscam segmentos que possam trazer retorno alto", explica Cassio Spina, presidente e fundador da Anjos do Brasil. "O investidor fica com cerca de 20% do potencial de mercado. É o **direito** autoral é um segmento pequeno quando comparado a outros".

"Em números, temos dificuldade de nos compararmos com outros mercados", afirma Campello.

"Em tese, outros segmentos estão criando demanda nova.

Teoricamente, isso não existe com a música. O potencial, porém, é enorme: no mundo todo, apenas 250 milhões de pessoas pagam serviços de streaming.

É possível crescer", diz.

Assim, a nova geração de startups de música é pequena. As empresas foram criadas com recursos dos próprios fundadores. Nenhum dos investimentos supera R\$ 1 milhão. A Orb, por exemplo, tem uma equipe de 25 pessoas. É a maior entre as entrevistadas, mas é pequena quando comparada a outros tipos de startups, como fintechs.

Continuação: Qual é a música?

Spina, porém, vê alternativas para expansão. "Uma opção para as startups brasileiras seria expandir internacionalmente.

Mas, a questão seria: a tecnologia delas seria inovadora ao ponto de roubar espaço de concorrentes internacionais?" A resposta é complexa. A Smart Rights, por exemplo, tem clientes estrangeiros que querem receber direitos de suas obras executadas no Brasil à a lei de **direito** autoral do País cria fontes de receita que não existem fora. Porém, ainda não é possível saber se isso pode se tornar tendência.

Com potencial para transformar onde atuam, as startups de música no Brasil se parecem com boas bandas independentes: estão à espera de um grande hit

para emplacar a carreira.

-

insight

"A comparação com outros segmentos é difícil, mas o potencial do segmento musical é enorme"

Daniel Campello

FUNDADOR DA ORB MUSIC

Itamaraty admite falha no trato com Índia e China e tenta reverter desgaste



Apesar de o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ser considerado da chamada ala ideológica do governo, dentro do Itamaraty há um esforço diplomático para que os impasses com a Índia e com a China, em torno das vacinas e dos insumos para os imunizantes, seja resolvido "nos próximos dias".

Embaixadores ouvidos pela coluna e que acompanham as negociações reconhecem que o governo agiu de forma equivocada na comunicação. A avaliação feita no MRE é de que os anúncios do governo fizeram "muito barulho" sem os produtos estarem já em mãos brasileiras.

Nossos colunistas "Lamentamos que tenha havido esse ruído de comunicação e a culpa é do governo", disse um diplomata.

Araújo fez contatos com os chanceleres de Índia e China, mas são os embaixadores do Brasil nos dois países que estão sendo considerados, no momento, os principais negociadores do impasse.

No caso da Índia, o diplomata André Aranha Corrêa do Lago tem chegado a um entendimento e afirmou às autoridades brasileiras que acredita no fim do impasse - ou seja na entrega das duas milhões de doses das vacinas já adquiridas pelo Brasil - "em pouco dias". A ordem, no entanto, é não fazer anúncios e nem antecipar as tratativas justamente para evitar repetir os mesmos erros e voltar a frustrar as expectativas.

Em relação ao argumento indiano de que o Brasil teria contribuído para a carência de vacinas ao se posicionar de forma contrária a **quebra** de patentes, diplomatas tentaram minimizar a questão e ressaltam que a AstraZeneca tem seus interesses comerciais de manutenção de patente.

Além disso, afirmam que a Índia fez escolhas políticas condizentes com sua política externa ao atender países vizinhos e mais carentes.

Outro argumento usado pelo Itamaraty é de que há "um fato inelutável" de que a demanda pelas vacinas supera em muito a oferta atual no mundo e Índia e China são os principais produtores e não estão "dando conta". "Hoje os dois países são as fábricas do mundo", diz um diplomata.

Esforço diplomáticoNo caso da China, além de questões internas e comerciais, há um esforço de diplomatas de carreira para minimizar o desgaste entre o governo de Pequim e do presidente Jair Bolsonaro.

O embaixador do Brasil em Pequim Paulo Estivallet de Mesquita está em contato com as autoridades chinesas para superar as burocracias em torno da demora na chegada dos IFAs (Ingrediente Farmacêutico ativo) que será usado para a fabricação tanto da CoronaVac/Butantan como da Oxford/Astrazeneca.

Diplomatas reconhecem que há um ponto de desgaste pela postura do presidente e também de aliados da ala ideológica, que já fizeram acusações de que a China é a culpada pelo coronavírus e também já descredenciaram o país na fabricação de vacinas.

A tentativa de diplomatas de carreira é tentar separar a postura errática do governo de atuações de diplomacia de estado. "Há um esforço enorme de não deixar que essa disputa interna pelo poder no governo não contamine as relações diplomáticas", disse uma

Continuação: Itamaraty admite falha no trato com Índia e China e tenta reverter desgaste

fonte do Itamaraty. "É papel do estado resolver isso o quanto antes".

Despedida de Maia O Itamaraty não comentou a iniciativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de tentar estreitar laço com os chineses, ao convidar o embaixador do país asiático para uma conversa para tentar resolver o problema.

Apesar disso, aliados do presidente Jair Bolsonaro dizem que o presidente da Câmara quer "se despedir do protagonismo", já que seu mandato acaba em fevereiro.

Força-tarefa Sobre uma suposta força-tarefa com outras áreas do governo, incluindo a presença do vi-

ce-presidente Hamilton Mourão, para ajudar nos contatos com a Índia e a China, diplomatas dizem que neste momento apenas as embaixadas estão falando em nome do governo e que não há nenhuma decisão sobre criar ou não um grupo para atuar em outras frentes.

Questionado pela coluna se já estaria escalado para ajudar no contato com os dois países, o vice-presidente disse apenas que não possuía maiores dados a respeito do tema. Apesar disso, auxiliares do Planalto admitem que Mourão tem um canal diplomático que pode vir a colaborar com o imbróglio.

Mesmo sem Huawei no 5G do Brasil, empresa deverá faturar com patentes

NOTÍCIAS



Após os EUA acusarem a Huawei de facilitar a espionagem do governo chinês --algo que nunca foi provado --o governo brasileiro tem usado esse argumento para sugerir que equipamentos da empresa serão impedidos de operar no país quando o 5G começar no Brasil. Mas isso na prática traria algumas complicações. Afinal, a importância da Huawei na telefonia não passa só pelas máquinas, mas pelas patentes.



Ainda que o governo tenha sinalizado que não vai se opor à Huawei, não está claro se é uma decisão final. "Um mundo sem equipamentos 5G da Huawei seria um mundo com patentes da Huawei", disse Carlos Lauría, diretor de relações governamentais e assuntos estratégicos da empresa, em conversa com **Tilt**. Apesar da declaração, ele não acredita que esta possibilidade "vai chegar a esse ponto".

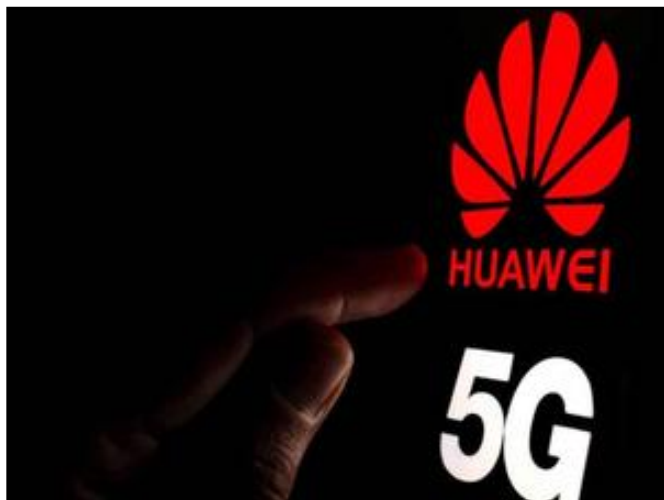


A Huawei tem forte presença no mercado brasileiro de telecomunicações --com equipamentos diversos, de antenas a backbones (espinhas dorsais da rede) --e vários de seus aparatos 4G podem ser atualizados para se tornar 5G. Trocar todas essas máquinas traria um grande custo para as operadoras. Além disso, a chinesa tem muitas **patentes** em softwares de 5G. Por isso, abolir completamente a companhia deste setor é uma tarefa bem difícil.

Uma **patente** é o registro de uma propriedade intelectual que descreve as linhas gerais de uma tecnologia própria de uma empresa. Existem ainda as **patentes** essenciais que, como o nome sugere, são fundamentais para o funcionamento de um certo padrão tecnológico. A empresa tem cerca de um quinto das **patentes** essenciais do 5G.

Então, ou as concorrentes aderem ao licenciamento da tecnologia ou, nas palavras de Lauría, talvez tenham que "inventar tudo de novo".

Continuação: Mesmo sem Huawei no 5G do Brasil, empresa deverá faturar com patentes



Por que isso ocorre?

Para Marcelo Zuffo, professor de engenharia de sistemas eletrônicos da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo), a concentração de tecnologia na Huawei é fruto de uma política de estado da China que criou esse acúmulo de conhecimento. "A empresa é a nova 'flagship' [referência] na área de telecomunicações. No passado, este posto já foi da Nokia, da Ericsson e da Motorola", diz.

Zuffo ainda disse que a empresa se beneficia de uma "economia de escala brutal", dominando toda a cadeia de suprimentos. No fim das contas, além da propriedade intelectual, a Huawei consegue vender equipamentos de telecomunicações com preço com-

petitivo.

No passado, a China foi criticada por ter uma política fraca de defesa de **propriedade** intelectual. Em 2001, o país passou a fazer parte da OMC (Organização Mundial do Comércio) e se comprometeu a cumprir um parâmetro mínimo de aplicação de leis internacionais de **patentes**.

Mesmo assim, um relatório da Comissão Internacional de Comércio dos EUA, de 2007, criticava a **pirataria** no país. Como consequência, diz o documento, isso "reduz as oportunidades de mercado e prejudica a lucratividade de empresas dos EUA, quando as vendas dos produtos são prejudicadas pela concorrência de imitações ilegais de baixo custo".

De tempos em tempos a China divulga um plano de desenvolvimento para os próximos anos. No início de 2016, apareceu a expressão "acelerar a construção de uma potência de **propriedade** intelectual". Desde então, o país tem tido resultados importantes. Em 2019, pela primeira vez, a China ultrapassou os EUA em número de **patentes**, segundo a Wipo (**Organização** Mundial da Propriedade Intelectual). A Huawei foi a companhia que mais solicitou registros do tipo.

Guerra de patentes

Em paralelo às acusações de espionagem, há uma possível guerra de patentes entre Ocidente e Oriente. Segundo um estudo das empresas de pesquisa Amplified AI e GreyB, seis companhias detêm mais de 80% das patentes essenciais para o 5G. A Huawei tem a maior fatia, com 19% delas. Nessas seis companhias, dos EUA há apenas a Qualcomm.

Para Leiría, da Huawei, isto é parte do motivo do escrutínio contra a empresa. "Com o 5G, nós temos mais patentes que as outras empresas", afirmou. Segundo ele, "isso incomoda as organizações e eventualmente os países onde essas companhias têm sede".

Continuação: Mesmo sem Huawei no 5G do Brasil, empresa deverá faturar com patentes

Por uma regra de mercado, quem detém **patentes** essenciais de uma tecnologia deve licenciá-la por um preço justo. Caso contrário, acontece uma guerra judicial de **patentes**. Há alguns anos, isso rolou entre Apple e Samsung por acusar a linha Galaxy de cópia do iPhone. Chegaram a um acordo, mas só após proibições temporárias de venda de produtos em alguns países. No caso do 5G, o resultado poderia representar uma demora na implantação da tecnologia.

Como seria o 5G no Brasil sem a Huawei?

A Huawei está no Brasil há 22 anos e não dá detalhes sobre sua participação no mercado local; diz apenas que seus equipamentos cobrem 95% da população brasileira.

Quando se fala em infraestrutura de telecomunicações, é complicado definir uma fatia de mercado, pois há várias camadas de equipamentos: de antenas a backbones (espinhas dorsais da rede). De acordo com a consultoria de mercado IDC, a divisão de mercado da Huawei varia entre 30% e 70%, dependendo do nível de camada da rede de telecomunicações.

Seria possível tirar a Huawei da jogada? Sim, mas traria grandes custos e um atraso na instalação das redes.

Atualmente, existem três empresas com soluções completas de telecomunicações: Huawei, Ericsson e Nokia. No caso dessas duas últimas, elas até contam com fábrica ou acordos para manufatura no Brasil.

No mundo, talvez um dos exemplos de remoção gradual da companhia chinesa é o Reino Unido, que determinou a proibição da instalação de novos kits 5G da Huawei a partir de setembro de 2021. A ideia é substituir aos poucos a rede antiga com aparelhos da empresa chinesa e trazendo novos fornecedores ao mercado britânico.

Já na Itália a operadora TIM também optou por reduzir a presença da Huawei. Segundo a agência "Reu-

ters", a principal fornecedora da companhia deve ser a Ericsson, mas ainda deve ter equipamentos da Nokia e da própria Huawei.

Na Suécia, país sede da Ericsson, a Huawei foi banida pela justiça também sob o argumento da segurança. A companhia está recorrendo --o que até atrasou o leilão de lá. O curioso é que a concorrente Ericsson é contra a ação. "Na minha perspectiva é importante que tenhamos mercados abertos e livre concorrência", disse Borje Ekholm, executivo-chefe global da Ericsson, ao "Financial Times".

Para Ari Lopes, analista da consultoria em telecomunicações Omdia, a situação, de alguma forma, também se aplica à realidade brasileira. "Nokia e Ericsson têm capacidade, em teoria, de substituir a Huawei. No entanto, você cria aí quase um duopólio, o que pode tornar os equipamentos mais caros", afirmou em conversa com **Tilt**.

Procurada, a Ericsson não quis falar sobre o assunto. Já a Nokia não respondeu até a publicação desta reportagem.

"Estimamos que as operadoras teriam um impacto somado de R\$ 49 bilhões a R\$ 54 bilhões [para substituir equipamentos da Huawei]. Este processo tiraria o foco das teles em investimento e causaria um atraso na implementação comparado com outros países do mundo", afirma Luciano Saboia, gerente de pesquisa e consultoria em telecom da IDC Brasil.

E as operadoras?

O curioso é que neste papo de espionagem envolvendo a Huawei, não houve em nenhum momento consulta das suas principais clientes: as operadoras. A Conexis, entidade que representa as teles brasileiras, divulgou uma nota em novembro de 2020 expressando sua preocupação com a possibilidade de remoção de fornecedores de tecnologia 5G.

Importante lembrar que todos os fornecedores glo-

Continuação: Mesmo sem Huawei no 5G do Brasil, empresa deverá faturar com patentes

bais já atuam no país nas tecnologias 4G, 3G e 2G. Uma eventual restrição a fornecedores do 5G pode atingir também a integração com a infraestrutura já em operação, com consequências diretas nos serviços oferecidos e custos associados, mais uma vez prejudicando os cidadãos brasileiros usuários dessa infraestrutura **Trecho** de nota da Conexis

Não existe ainda nenhum tipo de sanção a fornecedoras de tecnologia 5G no Brasil. Mesmo nos casos da Suécia e do Reino Unido, nenhum dos países apresentou provas de espionagem ou falhas, mar-

cando nestes países uma pequena vitória da pressão política exercida pela administração Trump.

Por aqui, só devemos ter alguma resposta mais concreta relacionada à empresa próximo ao leilão de frequências do 5G, marcado para ser realizado no primeiro semestre deste ano.

Buggy: a marca Fyber vira uma confusão e vai parar na Justiça

O empresário Nil Araújo, dono da Fibestar, que também fabrica buggy, diz que dispõe de todos os documentos que provam que é ele o atual detentor dono da marca junto ao **INPI**.

Novidade - e põe novidade nisso - sobre o projeto de ressurreição do buggy Fyber, que um empresário alemão tenta, desde o início do ano passado, fabricar em Paracuru, sendo impedido pela pandemia do coronavírus, que postergou seus planos para quando a doença for vencida pela vacinação que ontem se iniciou no Ceará.

Para começo da história, a marca Fyber pertence hoje ao empresário Nil Araújo, cuja empresa, a Fiberstar, atua também na fabricação e comercialização de jipes fora de estrada, feitos de fibra de vidro.

Acompanhem, com atenção, a seguir, o histórico deste imbróglio, contado com exclusividade pelo próprio Nil Araújo a esta coluna:

"Em 1995, foi decretada a falência da Fyber Comércio de Veículos S/A, que deixou uma dívida aproximada de US\$ 20 milhões com causas trabalhistas, com fornecedores e com o consórcio de centenas de sócios que até hoje não receberam seus bens.

"Em 1996/1997, a massa falida da Fyber Comércio de Veículos S/A foi leiloada, e várias pessoas arremataram o ferramental de produção de buggies. Nesse período, a homologação da marca Fyber venceu (caducou).

"Em 1999, a empresa Fiberstar Indústria e Comércio de Veículos Especiais Ltda homologou novamente a marca Fyber original no Denatran com a marca Fyber 2000.

"No ano 2002, a Fyber Indústria e Comércio Ltda, que era dona da marca Fyber nominativa, relativa a

implementos agrícolas (classe 07) tentou registrar a marca Fyber para automóveis (classe 12), sem êxito, porém.

"Em 2003, a empresa Peixoto Veículos Ltda tentou homologar a marca Fyber 2000 junto ao Denatran, também sem sucesso, pois ela já pertencia à Fiberstar Indústria e Comércio de Veículos Especiais Ltda. A Peixoto foi, então, obrigada a criar uma nova marca de buggy, registrando a Fyber 2000w".

(O veículo fabricado pela Peixoto é a cópia fiel do Buggy Fyber original).

A exposição de Nil Araújo prossegue nos termos abaixo:

"Em 2017, a Fiberstar registrou a marca FyberStar junto ao **INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)** e, em 2020, pediu uma atualização gráfica da marca.

"Até então, a Fiberstar só fabricava o Fyber 2000 e em pequenas quantidades porque um dos sócios tinha receio de que os credores da Fyber Comércio de veículos S/A viriam nos cobrar as dívidas. Por conta desse receio, a empresa criou outro modelo com o nome de Cauype. Após a saída desse sócio, a Fiberstar decidiu voltar a fabricar a marca Fyber 2000 e FyberStar.

"Em 2019 a empresa alemã Axxola comprou a empresa Peixoto Veículos e a Fyber Indústria e Comércio Ltda, imaginando que teria a marca e a homologação originais da Fyber.

"Na verdade, a empresa alemã comprou uma marca Fyber nominativa (sem logomarca) de veículos agrícolas e a marca Buggy Peixoto, modelo Fyber2000w, caracterizando claramente uma réplica do Fyber original que pertence à Fiberstar".

Nil conclui sua exposição, dizendo o seguinte:

"O projeto da nova fábrica é do início de 2019, e seria executada em 2020, quando foi paralisada pela pandemia do Covid-19. Estamos na Justiça para proibir o uso da marca, pois o buggy, com a marca Peixoto, usa indevidamente o adesivo Fyber, fazendo o consumidor acreditar tratar-se de um buggy Fyber original. Temos toda a documentação legal que comprova o que falamos."

UNIMED

Administradora de um dos maiores e melhores planos de saúde do Ceará, a Unimed Fortaleza - uma bem organizada cooperativa de médicos, com 340 mil clientes - está celebrando 40 anos de vida e de sucesso.

Nesta pandemia, a Unimed Fortaleza tornou-se protagonista, para o que investiu em tecnologia, digitalizando praticamente todos os seus processos administrativos.

Seu hospital, em Fortaleza, é referência entre os profissionais de saúde.

FIEC

Reuniu-se o presidente da Fiec, Ricardo Cavalcante, com o seu colega da Fecomércio, Maurício Filizola.

Os dois conversaram sobre cenários que envolvem os interesses da indústria e do comércio do Ceará.

Fiec e Fecomércio desejam fortalecer suas agendas para tornar comum o esforço de ambas as entidades, principalmente neste momento de graves dificuldades causadas pelas consequências sociais e econômicas da pandemia.

DOCAS

Em 2020, a Companhia Docas do Ceará, que ad-

Continuação: Buggy: a marca Fyber vira uma confusão e vai parar na Justiça

ministra o Porto do Mucuripe, teve bons resultados financeiros.

Seu EBTIDA cresceu de R\$ 3,3 milhões em 2019 para R\$ 11,8 milhões, revelador do potencial gerador de caixa da empresa.

E o faturamento da CDC também cresceu 13,49%, saltando de R\$ 56,39 milhões em 2019 para R\$ 64 milhões no ano passado.

A movimentação de mercadorias incrementou-se em 12%, saindo de 4,4 milhões de toneladas para 4,9 milhões de toneladas.

QUÍMICA

Informa o Sindicato das Indústrias Químicas do Ceará (Sindquímica-CE):

O faturamento anual do setor chegou à casa de R\$ 1,5 bilhão, o que o levou à sexta colocação no ranking industrial do Estado, com 6,3% de participação na indústria cearense.

A indústria química do Ceará emprega 13.113 pessoas. Suas exportações fecharam 2020 em torno de US\$ 56.4 milhões, o que correspondeu a 2,5% das exportações cearenses.

Os números são expressivos e revelam que o segmento é fundamental para o desenvolvimento econômico do Ceará. Nesse contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-Ceará) está ofertando novos cursos na área química para qualificar profissionais para a indústria.

A qualificação acontece de forma presencial na unidade do Senai em Maracanaú, e na modalidade de Educação a Distância (EAD). Os cursos estão com inscrições abertas.

EM ALTA

Na manhã desta terça-feira, sobe o euro, mas descem o dólar e o yene. O preço do petróleo também sobe.

As bolsas de valores europeias operam em alta, seguindo as asiáticas que fecharam com ganhos.

Há expectativa quanto ao discurso que fará hoje a nova secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, de apoio ao pacote de US\$ 1,9 trilhão que o eleito presidente Joe Biden proporá ao Congresso.

Biden tomará posse amanhã, quarta-feira, 20.

Continuação: Buggy: a marca Fyber vira uma confusão e vai parar na Justiça

Hoje, 19, é o último dia de Donald Trump na Casa Branca.

.

Egídio Serpa

Egídio Serpa

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Patentes

6, 8

Propriedade Intelectual

8

Pirataria

8

Software

8

Entidades

8

Marco regulatório | INPI

12